Enap Escola Nacional de Administração Pública

Curso ASP-Macroeconomia

Macroeconomia

Brasília - 2016

Conteúdo para impressão

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente
Gleisson Rubin

Diretor de Desenvolvimento Gerencial
Paulo Marques

Coordenadora-Geral de Educação a Distância
Natália Teles da Mota Teixeira

Conteudistas

Maurício de Carvalho Amazonas(2013)

Diagramação realizada no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB/CDT/Laboratório Latitude e Enap.

© ENAP, 2016

ENAP Escola Nacional de Administração Pública
Diretoria de Comunicação e Pesquisa
SAIS – Área 2-A – 70610-900 — Brasília, DF
Telefone: (61) 2020 3096 – Fax: (61) 2020 3178

SUMÁRIO

Objetivos 5

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO 5

2.2. EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO 5

2.2.1. Teorias principais 6

2.2.2. Teorias contemporâneas 6

2.3. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS 10

Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap

Enap

Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap

Enap

MÓDULO 2– EMPREGO, MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Objetivos

Ao final desta unidade, espera-se que você seja capaz de:

- Explicar a dinâmica do mercado de trabalho e sua relação com o emprego.
- Relacionar as abordagens que tratam da distribuição de renda e do mercado de trabalho.

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise do mercado de trabalho constitui capítulo importante no estudo dos fenômenos econômicos.

Na Teoria Econômica, as escolas de tradição neoclássica atribuem ao mercado de trabalho a capacidade de determinar o nível de produto. Segundo essa visão, as configurações desse mercado podem levar ao pleno emprego, situação na qual todos os trabalhadores que desejam inserir-se no mercado de trabalho, aceitando o salário real vigente, conseguirão empregar-se.

Já as teorias de corte keynesiano atribuem o nível de emprego às decisões de produção e investimento tomadas pelos empresários, e que, em caso de insuficiente demanda efetiva, pode haver desemprego involuntário.

Desenvolvimentos posteriores da Teoria Econômica também explicam a aceleração inflacionária, a partir de eventos oriundos do mercado de trabalho.

A Teoria do Desenvolvimento Econômico, outro capítulo importante da Teoria Econômica, também atribui ao mercado de trabalho explicações para a condição de subdesenvolvimento de muitos países.

2.2. EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

Comecemos desenvolvendo alguns conceitos importantes referentes ao mercado de trabalho:

- População em idade ativa (PIA): corresponde à população total, excluindo-se os muito idosos ou os muito jovens (ou seja, aqueles que não estão em idade de trabalhar).
- População economicamente ativa (PEA): corresponde à população que está procurando emprego no mercado formal de trabalho - exclui, portanto, estudantes e donas de casa, por exemplo.

1. A PEA distribui-se entre os empregados e desempregados.

2. A taxa de desemprego nada mais é do que a razão entre a população desempregada e a PEA.

É possível resumir brevemente o debate sobre o funcionamento do mercado de trabalho - sem, evidentemente, esgotar o tema - da maneira como se segue.

2.2.1. Teorias principais

a) A Visão Clássica e Neoclássica

Para as teorias de tradição neoclássica, o mercado de trabalho pode ser resumido através de duas forças: a oferta de trabalho, composta pelos trabalhadores, e a demanda por trabalho, composta pelas firmas. Trabalhadores ofertam mais trabalho à medida que as firmas ofereçam um salário real mais elevado. As firmas, evidentemente, demandam uma quantidade maior de trabalho sempre que os trabalhadores aceitarem receber um salário real menor. Se os salários reais forem flexíveis o suficiente, a economia tenderá a uma posição de pleno emprego: se os trabalhadores aceitarem reduzir o seu salário real[1], as firmas estarão dispostas a contratar mais trabalhadores, e somente ficarão desempregados aqueles que não desejam receber o salário real, ou aqueles que ainda não forem qualificados o suficiente para ocupar as vagas oferecidas pelas firmas.

SAIBA MAIS

Trata-se, aqui, dos conceitos de desemprego voluntário e friccional, respectivamente: o primeiro ocorre, porque existem trabalhadores que preferem permanecer desempregados a receber um salário real, considerado baixo; já o segundo ocorre, porque, embora existam vagas, nem sempre os trabalhadores estão qualificados para ocupá-las.

b) A Visão Keynesiana

Para as teorias keynesianas, em economias de mercado, tende a existir **desemprego involuntário:** mesmo que os trabalhadores aceitem receber o salário real oferecido pela empresa (por menor que seja o salário real), podem não conseguir emprego. Isso ocorre, porque, para Keynes, as decisões de demanda por trabalho das firmas dependem de suas decisões de produção e investimento. Nem sempre a quantidade que as firmas decidem produzir é compatível com a plena absorção da mão de obra disponível - o que somente ocorrerá se a demanda efetiva da economia for tal que os empresários sintam- se estimulados a produzir mais e a contratar mais trabalhadores. E, caso essas decisões estejam envolvidas em baixo estado de confiança nestes ou excesso de preferência pela liquidez (retenção da riqueza na forma monetária, em detrimento de gastos em investimentos), pode ser configurado um quadro de equilíbrio de mercado com a presença de desemprego involuntário.

2.2.2. Teorias contemporâneas

Teorias mais recentemente desenvolvidas, consideradas novo-keynesianas, consideram que o mercado de trabalho possui rigidez: os salários reais não são flexíveis o suficiente para garantir

1. O conceito de salário real refere-se ao poder de compra de um determinado salário nominal que, por sua vez, é o valor monetário do salário. Sempre que os preços dos produtos que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores aumentar, diz-se que o salário real diminuiu - ainda que o salário nominal permaneça constante.

o pleno emprego, suposto pelas teorias de tradição neoclássica. A teoria novo-keynesiana é caracterizada pela busca por fundamentos microeconômicos que expliquem a rigidez de preços e salários reais.

SAIBA MAIS

Três exemplos ilustram por que, para a teoria novo-keynesiana, os salários reais não caem para ajustar o mercado de trabalho:

- ✓ (i) as firmas não reduzem os salários reais, porque temem, com isso, perder os funcionários mais qualificados e mais eficientes;
- ✓ (ii) com salários mais baixos, os trabalhadores tenderiam a tornarem-se mais deliberadamente ineficientes, devido a falhas de monitoramento; e
- ✓ (iii) embora existam trabalhadores desempregados (outsiders) dispostos a receber salários reais inferiores aos que são pagos aos empregados (insiders), os sindicatos tendem a defender os empregos e salários destes últimos.

Por fim, alguns autores que estudaram o desenvolvimento econômico, a partir da formulação inicial de Arthur Lewis, entre eles o brasileiro Celso Furtado, consideram que economias subdesenvolvidas possuem *excedente estrutural* de mão de obra.

Tais formulações, *grosso modo*, podem ser explicadas da seguinte forma: economias atrasadas que decidem modificar a sua estrutura produtiva aumentando a participação do setor industrial têm a tendência de importar tecnologia dos países desenvolvidos. Ocorre que essa tecnologia é adequada aos países desenvolvidos, caracterizados pela existência de escassez de mão de obra, ou seja, são tecnologias intensivas em capital e poupadoras de mão de obra. Utilizadas nos países subdesenvolvidos, tais tecnologias não são capazes de absorver toda a mão de obra disponível. A existência de um excedente estrutural de mão de obra tende a achatar os salários em toda a economia, inclusive no setor industrial - ainda que os salários pagos nesse setor sejam superiores aos dos demais setores.

As condições que vigoram no mercado de trabalho também são importantes para determinar a distribuição de renda, como veremos a seguir.

Enap

2.3. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A renda gerada no processo econômico, cuja descrição sucinta foi abordada na primeira unidade, distribui-se segundo certas categorias (salários, juros, etc.) e segundo estratos sociais (grupos de renda alta, média e baixa). Identificam-se, assim, pelo menos três "abordagens" para tratar a distribuição de renda:

1 **Distribuição Funcional**

mede a parte da renda correspodnente à remuneração do trabalho e do capital, de um lado, e da terra, de outro, isto é, entre salários, lucros, juros e renda da terra.

1. A parcela da renda correspondente a cada fator de produção resulta do produto do volume de emprego do fator pela sua taxa média de remuneração. O Estado, através de intervenção de política econômica, pode intereferir sobre as quantidades (por intermédio de políticas de geração de emprego), como na determinação das taxas de remuneração 9ao definir as taxas de juros e o salário mínimo, por exemplo).

2. O poder de barganha dos sindicatos pode determinar uma melhora na distribuição de renda em favor dos salários.

3. A literatura econômica de corte de Keynesiano identifica no conflito distributivo uma das causas da inflação: se os sindicatos possuem elevado poder de barganha e os mercados são oligopolizados (e, portanto, se as firmas têm poder de determinar preços), os aumentos salarais obtidos pelos sindicatos podem ser repassados aos preços finais - constituindo-se naquilo que a literatura econômica chama de "espiral salário-preço".

2 Distribuição Pessoal

mede a parte da renda destinada aos diferentes estratos sociais.

1. A concentração da propriedade dos ativos e o valor de mercado das diferentes modalidades de trabalho são determinantes essenciais da distribuição pessoal da renda. Supodo-se que a propriedade de ativos e o trabalho sejam as fontes imediatas de renda, é possível distinguir, analiticamente, o que corresponderia ao "topo" da sociedade, composto por indivíduos e famílias para as quais as rendas da propriedade constituem proporção elevada dos seus rendimentos totais; uma "base", composta por indivíduos cuja renda provém essencialmente do trabalho, e uma classe "intermediária", que se distingue das outras duas, seja porque sua renda é complementada pelos proventos que recebemd e suas modestas propriedades.

- A distância entre as classes será tão maior quanto mais desigual for a distribuição da propriedade, bem como da remuneração do trabalho.

- A distância entre a "base" e a classe intermediária será tão maior quanto menor for a qualificação do trabalho dos indivíduos que compõem a "base" - além, evidentimente, desses indivíduos serem desprovidos, na maioria das vezes, de propriedades.

2. O trabalho do topo e da base da sociedade é determinado por condições institucionais, tais como: a estrutura fundiária, concentração geográfica, participação em atividades modernas/ obsoletas.

3. O governo também pode atuar no sentido de reduzir as desigualdades na distribuição pessoal da renda, através de proramas de transferência de renda (pagamento de aposentadorias, pensões, programas sociais), propriedade (reforma agrária).

3 Distribuição do produto

mede a destinação dos bens e serviços entre as diferentes camadas sociais. Em geral, indivíduos de renda mais alta têm mais acesso a bens e serviços de luxo, enquanto os indivíduos de menor renda têm acesso, em geral, restrito aos bens de primeira necessidade.

1. A repartição do produto por grupo sociais dá-se pelo sistema de preços.

Enap

2. Modificações na distribuição da renda entre salários e lucros tende a redistribuir a renda entre os diferentes estratos sociais, permitindo assim, uma modificação na distribuição final do produto. Assim, quando o Governo atua no sentido de promover a distribuição de renda (funcional ou pessoal), tende a distribuir também a apropriação final do produto, permitindo que indivíduos de menor renda tenham acesso a bens e serviços a que, de outra forma, não seriam capazes de adquirir.

3. Outra forma do Governo interferir sobre a apropriação final do produto é através de políticas que modifiquem o sistema de preços: isenções tributárias sobre alimentos e bens de primeira necessidade, por exemplo, beneficiam os estratos que destinam partes significativas de suas rendas e aquisições desse tipo de bens. São, tipicamente, os estratos de menor renda.

4. Como será especificado no módulo 4 referente ao setor público, o Governo também pode atuar fornecendo gratuitamente bens e serviços essenciais a sociedade, como educação e saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações que envolvem emprego, mercado de trabalho e distribuição de renda são particularmente importantes para a análise de projetos que envolvem investimentos públicos. Alguns projetos podem ser intensivos em mão de obra, enquanto outros podem ser intensivos em capital. A capacidade de geração de empregos e, portanto, a capacidade que projetos públicos têm de distribuir renda estão essencialmente ligadas à intensidade de cada fator produtivo a ser utilizado.

Por outro lado, políticas deliberadamente distributivas podem viabilizar projetos que resultem na produção de bens voltados para as camadas mais pobres da população. A simples ampliação dos chamados mercados de massa pode viabilizar projetos cuja escala de produção requer mercados de grandes dimensões. Alguns projetos requerem a mobilização de uma quantia vultosa de recursos iniciais; a geração de fluxos de caixa que viabilizam os projetos está diretamente associada à dimensão dos mercados - o que, em alguns casos, está estritamente relacionado com a distribuição de renda.

SAIBA MAIS

Para saber mais sobre o tema desta unidade, consulte CASTRO, A. B.; LESSA, C. **Introdução à Economia:** uma abordagem estruturalista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.